



Aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, realizou-se, pelas dezasseis horas e trinta minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pela Sra. Presidente da Câmara Maria das Dores Marques Banheiro Meira e na mesma estiveram presentes o Sr. Vice-Presidente Manuel Joaquim Pisco Lopes e os Srs. Vereadores Fernando Jorge de Oliveira Paulino, Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Nuno Miguel Oliveira de Carvalho, Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Pedro Sérgio Fernandes Pina e Ricardo Jorge Fialho Oliveira.

O Sr. Vereador Fernando Manuel Catarino José esteve presente em substituição da Sra. Vereadora Sandra Marina Lopes Frota Gomes, ficando o pedido de substituição e o documento de verificação de identidade e legitimidade de membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 e 2.

Faltou, por motivo justificado, a Sra. Vereadora Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira, que se encontrava de férias.

Secretariou a reunião, de acordo com n.º 3, do Artigo 24.º, do Regulamento da Organização de Serviços em vigor, o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio.

A Ordem de Trabalhos da reunião, entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2, do Artigo 25.º, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 3.

Índice

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
 - 1. Informações à Câmara (eventual apresentação).**
 - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia.**
- B) Período da Ordem do Dia**
 - 1. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 12 de agosto de 2020.**
 - 2. Deliberação n.º 282/20 – Proposta n.º 11/2020 – GAP – Atribuição de Medalhas Honoríficas 2020 – Adenda.**
 - 3. Deliberação n.º 283/20 – Proposta n.º 12/2020 – GAP – Empreitada “Reabilitação do Convento de Jesus – Ala Este e Ala Norte, Claustros, Igreja e Coro Alto” - Ratificação do Despacho n.º 203/2020, de 24 de agosto.**
 - 4. Deliberação n.º 284/20 – Proposta n.º 63/2020 – DAF/DICONT – 10.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa e 9.ª Alteração ao Plano de Atividades – Ratificação.**
 - 5. Deliberação n.º 285/20 – Proposta n.º 64/2020 – DAF/DICONT – 11.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa, 10.ª ao Plano de Atividades e 9.ª ao Plano Plurianual de Investimentos.**
 - 6. Deliberação n.º 286/20 – Proposta n.º 65/2020 – DAF/DICONT/SERGEP – Cedência a Título Precário de Parcela de Terreno, sita a Norte do Prolongamento da Av. de Moçambique – Parque Urbano da Várzea, União de Freguesias de Setúbal, à TST - Transportes Sul do Tejo, S.A..**
 - 7. Deliberação n.º 287/20 – Proposta n.º 26/2020 – DURB/DIMOT – Colocação de sinalização vertical de “Proibido exceder a velocidade máxima de 40 km/h”.**

8. **Deliberação n.º 288/20 – Proposta n.º 27/2020 – DURB/DIMOT/SEMUT – Adesão do Município ao Dia Europeu sem Carros 2020.**
 9. **Deliberação n.º 289/20 – Proposta n.º 63/2020 – DCDJ/DICUL – Apoio financeiro ao Rancho Folclórico de Praias do Sado.**
 10. **Deliberação n.º 290/20 – Proposta n.º 64/2020 – DCDJ/DICUL – Retificação da deliberação n.º 130/2020 - Atribuição de Subsídio Marchas Populares de Setúbal.**
 11. **Deliberação n.º 291/20 – Proposta n.º 65/2020 – DCDJ/DICUL – Fixação de preço de bilhetes. Film Fest - Festival de Cinema Musicado ao Vivo.**
- C) **Período destinado à intervenção do público.**

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento dos mapas relativos aos despachos proferidos pela Sra. Presidente no âmbito do seu Gabinete, do Departamento de Administração Geral e Finanças, do Departamento de Comunicação e Imagem, Relações Públicas e Turismo e do Departamento de Urbanismo (incluindo licenciamentos), conforme documentos anexos arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 4 a 9.
- b) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vice-Presidente no âmbito do Departamento de Recursos Humanos, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 10.
- c) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal no âmbito da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 11.
- d) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Vereadora Eugénia Silveira no âmbito do Departamento de Ambiente e Atividades Económicas, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 12.

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que o assunto que queria levantar tinha a ver com a Herdade da Comenta. Na semana anterior, tinha chegado ao seu conhecimento, inclusivamente com fotos e relatos de quem tinha vivido a experiência, que tinham sido colocados seguranças privados na praia, junto ao muro e à escadinha que dava acesso ao palácio, mesmo junto ao palácio, seguranças com cães de raça perigosa, “pitbulls”, a admoestarem as pessoas e a dizerem às pessoas que não podiam estar naquela praia. Estava a falar naquela praia entre a praia de Albarquel, depois da praia da Esguelha, a mais pequenina que, quando a maré vazava, ficavam aquelas margens.

Pensava que aquilo era mais um episódio grave, a juntar-se a outros que os novos proprietários da Herdade da Comenda tinham estado consistentemente a implementar. Tinha sido uma aquisição legítima de uma propriedade e uma recuperação de um património que todos gostariam de ver recuperado, como estava a ser feito, mas que, de alguma forma, ilegitimamente, criava pressão sobre os setubalenses e todos aqueles que visitavam a cidade. Pensava que não existiam praias privadas no concelho de Setúbal. O domínio público

marítimo garantia que toda uma faixa na margem fosse usufruída e toda aquela zona era pública havia mais de 150 anos.

Pessoas que lá tinham estado de barco tinham-lhe dito que essas seguranças estavam junto ao portão e, naquele momento, não estavam a incomodar as pessoas. Não sabia se alguém os tinha avisado ou não, mas tinha de haver uma posição robusta por parte da Câmara, essas situações não podiam ser toleradas e deviam ser denunciadas. Era o que mais faltava na cidade, haver seguranças a impedir o usufruto daquela praia.

Era algo que gostaria que a Câmara Municipal de Setúbal fizesse chegar aos proprietários e que estivesse atenta, no sentido de utilizar todos os meios que estavam à disposição para impedir que esses abusos de poder se realizassem no nosso concelho, nas nossas praias.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que também era uma espécie de uma denúncia. No fundo, tinha sido uma situação que tinha vivenciado três vezes naquele mês, em que tinha ido à Figueirinha. Era só para a Câmara Municipal ter conhecimento.

Costumava deixar sempre o seu carro no parque da Secil, porque achava que era o mais cómodo. Naquele momento, se calhar, o mais razoável era não ir à Figueirinha, porque os lugares eram muito limitados.

Os horários das transportadoras não estavam a ser cumpridos conforme estava estabelecido, de 20 em 20 minutos. Nas três vezes em que tinha ido, tinha aguardado mais de 40 minutos por um transporte para a Figueirinha. Percebia que o mês de agosto era um mês complicado e que os trabalhadores também tinham horários para cumprir, se calhar horas para almoço. Tudo era compreensível.

O que já não entendia como tão compreensível era que, à vinda da Figueirinha para o parque da Secil, invariavelmente todos os autocarros fossem primeiro às praias da Arrábida, a Galapos e a Galapinhos, e, quando chegavam ao parque da Figueirinha, viessem completamente cheios. Eram poucas as pessoas que saíam na Figueirinha. Portanto, as pessoas que entravam na Figueirinha para ir para a Secil tinham de esperar sempre mais de uma hora por um autocarro e uma vaga, para irem até ao parque da Secil.

Pensava que essa situação poderia ser resolvida se houvesse, pelo menos, o intercalar de um autocarro que fosse logo diretamente à Figueirinha, não fosse buscar as pessoas às praias da Arrábida.

No fim-de-semana anterior tinha estado na Figueirinha e havia uma fila de mais de 200 metros. Até tinha fotografias. Não as tinha posto no Facebook porque não tinha esse hábito, mas tinha-as tirado, para alguma dúvida que pudesse haver, só para poderem constatar que era uma realidade, que não tinha sido, apenas, alguém que tinha contado ou alguém que tinha visto e que tinha vindo contar. Tinha estado lá, tinha estado na fila e as pessoas estavam realmente muito preocupadas, até porque o horário do parque da Secil encerrava às 20 horas, eram sete e meia e os autocarros ainda não tinham transportado todas as pessoas. Era, apenas, um alerta, para que as coisas também melhorassem. No ano anterior as coisas tinham corrido muito bem. Pelo menos a informação que tinha era de que isso tinha corrido bem e esse transporte tinha sido assegurado e cumprido os horários. Este ano tinha havido várias falhas, por aquilo que tinha ouvido, de testemunhos de pessoas que todos os dias frequentavam a praia da Figueirinha.

Queria deixar, apenas, esse alerta à Sra. Presidente para que junto da transportadora fosse retificado esse assunto.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que a primeira questão que queria colocar estava relacionada com a vacinação animal, que, este ano, por aquilo que tinha sido explicado pela Câmara Municipal, iria decorrer apenas em Poçoilos. A questão que deixava era se, porventura, seria possível, ou não - naturalmente que era uma dúvida, atendendo às contingências que se vivia, devido à pandemia COVID-19 -, conseguir, pelo menos, mais do que uma localização para além de Poçoilos, considerando aquilo que era a distribuição populacional do concelho. Pelo menos duas localizações e, idealmente, três: No centro da cidade, talvez outra em Poçoilos e outra em Azeitão seria o ideal, mas, pelo menos, uma

outra que ajudasse a que essa vacinação fosse um bocadinho mais próxima das populações. Não sabia se isso seria possível, ou não, mas ficava essa questão e a recomendação.

A segunda questão estava relacionada com algo que tinha recebido e que não tinha visto. Portanto, era uma dúvida que lhe tinha sido transmitida por uma terceira pessoa, relativa ao sistema de rega instalado no Convento de Jesus, em que, supostamente, teria havido um erro na colocação da relva, que teria obrigado a retirá-la outra vez e a voltar a colocar o sistema de rega.

Não tinha visto, não tinha assistido e, portanto, estava, apenas, a transmitir essa preocupação. Como, de resto, tinha sido algo que tinha visto a circular por aí, acreditava que também ajudaria esclarecer essas pequenas notícias que iam surgindo.

A terceira e última estava, naturalmente, relacionada com o Vitória de Setúbal, que, naturalmente, era algo sobre o qual todos os partidos e vereadores já se tinham manifestado. Eram unânimes, mas, muito em particular, tinha visto naquele dia uma notícia sobre aquilo que tinha sido a intenção da Sra. Presidente da Câmara Municipal de realizar a aquisição do direito de superfície do Vitória de Setúbal, com o intuito, naturalmente, de ajudar o clube em toda a sua dimensão, em todo o seu universo. Era importante que se dissesse que isso significava, naturalmente, que o clube não era só o futebol, mas que o futebol ajudava todas as outras modalidades. Portanto, com essa afirmação, achava que era evidente que todos conheciam a importância de ajudar o Vitória.

Era importante que a Câmara Municipal tivesse agora as iniciativas, como já tinha tido no passado, para ajudar o clube, mas que gostaria que a Sra. Presidente pudesse, naturalmente, ajudar a explicar um pouco aquilo que era a sua intenção, sendo certo que essa explicação não era nada mais do que algo que acreditava que ajudava a esclarecer algo em que estavam todos de acordo, que o Vitória era um símbolo da cidade, era uma instituição e uma organização fundamental, representava Setúbal e tinha uma importância, do ponto de vista desportivo e social, que ia muito para lá do futebol. Naturalmente que todos se associavam àquilo que era – acreditava que todos o consideravam - um ato de injustiça, porque seria merecedor que os sucessos desportivos fossem refletidos e que o clube continuasse na 1.ª divisão.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que o Vitória era não só o símbolo da cidade, era o símbolo de toda uma região. Aquilo que estava a acontecer ao clube era algo que para todos aqueles que tinham vivido o clube ao longo dos anos era impensável, mas tinha sido sempre tido como algo que algum dia podia acontecer.

A sua intervenção ia, apenas, no sentido de três dimensões. A primeira era para dizer à Sra. Presidente que nem sempre tinham estado de acordo e tinham estado muitas vezes em desacordo, em situações em reuniões da Câmara, com posições muito divergentes. Queria dizer-lhe que, naquele processo do Vitória de Setúbal, ao longo dos anos e embora não tivessem estado sempre de acordo em algumas questões de pormenor, a Sra. Presidente tinha estado sempre ao lado do clube.

Não estava a colocar ali a Câmara nem os vereadores. Estava a falar da Sra. Presidente enquanto Maria das Dores Meira, que iria sair da Câmara Municipal de Setúbal enquanto presidente, por força, não só, da votação que poderia vir a seguir, mas por questões legais. Iria deixar a Câmara Municipal de Setúbal, mas queria ali deixar esse reconhecimento, enquanto vereador, enquanto setubalense, enquanto sócio do Vitória, de que tinha estado sempre ao lado do clube. Naquele processo, sabia bem aquilo que a Sra. Presidente tinha feito, que até tinha ido além daquilo que era exigido a uma presidente de câmara.

Queria dizer que, naquele processo, neste ano e nos anos anteriores, a Sra. Presidente não tinha estado sozinha, tinha tido sempre ao seu lado todos os vereadores de todas as forças políticas ali representadas e tinha, também, estado ao lado do Vitória, porque o Vitória não tinha a ver com partidos políticos, tinha a ver com um emblema de uma região, tinha tido sempre ao lado outras pessoas, que, em determinados momentos, tinham tido posições, políticas ou não, na nossa sociedade. Portanto, nesse sentido, queria dizer que estavam juntos, estavam juntos naquele barco.

4

Numa última dimensão, queria perguntar à Sra. Presidente se não seria de equacionar de, daquela reunião, sair um documento - não sabia se uma moção ou se outro documento -, em que, por unanimidade - porque, por unanimidade, tinha estado sempre nos assuntos do Vitória -, fizesse sair um documento em que a Câmara Municipal de Setúbal não só repudiasse a decisão da Liga, mas, ao mesmo tempo, que exigisse da Liga e do Tribunal Arbitral do Desporto (TAD) que com a mesma celeridade com que tinha decidido a providência cautelar decidisse o processo que aí vinha.

Seria uma pressão importante que, por unanimidade da Câmara Municipal, saísse dali um documento para que, lá fora, percebessem que todo o executivo da Câmara Municipal e não só a maioria do executivo, formada pela Sra. Presidentes e pelos vereadores que estavam a tempo inteiro, toda a Câmara Municipal, estava junta naquele processo que abalava toda uma região.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que tinham acabado havia minutos a reunião da Comissão Distrital de Proteção Civil, presidida pela Sra. Presidente da Câmara, e que, a propósito dessa reunião, queria deixar duas notas breves. A primeira era que do registo para o período homólogo de janeiro a setembro, em relação ano anterior, havia uma redução de 50 por cento das ignições de fogos florestais e rurais e havia uma redução de 86 por cento de área ardida. Isso tinha resultado da intervenção de todos os agentes, da limpeza de terrenos, da própria Câmara, dos proprietários, da vigilância, de todo o trabalho de prevenção, por um lado, no que respeitava às ignições e tinha correspondido, também, a uma intervenção de grande qualidade técnica em relação às ignições existentes, o que tinha impedido que se transformassem em fogos de dimensão maior. Tinha havido uma redução de 50 por cento das ignições e de 86 por cento na área ardida. Era evidente que não estavam a fechar o balanço, mas estavam a falar de períodos homólogos e isso tinha o seu significado.

Uma outra nota era que estavam numa situação de meios e recursos que estavam a ser, em princípio, reforçados para os bombeiros voluntários. Tinha havido recentemente uma decisão do Governo de isentar de IVA a aquisição de equipamento dos bombeiros voluntários - e muito bem -, mas era lamentável e inaceitável que para os bombeiros profissionais sapadores de todos os municípios que tinham bombeiros profissionais, essa redução do IVA não se tivesse verificado. Portanto, era, mais uma vez, um comportamento discriminatório do Governo em relação aos municípios detentores de bombeiros, não tratando de igual modo aquilo que era igual.

Uma outra nota tinha a ver com o facto de estarem a concluir-se seis meses desde o primeiro caso COVID em Portugal. Estavam com cinco meses de um trabalho diário a nível do distrito e de um trabalho intenso de todos os parceiros, da Saúde, da Segurança Social, das forças de segurança, dos municípios e das juntas de freguesia em todo o combate à pandemia. Na região havia ainda quatro surtos com alguma importância, mas controlados. Em Setúbal tinham também tido um surto num lar, que lhes tinha alterado a estatística positiva que tinham nesses casos, mas era da vida. Esse processo também estava controlado. Portanto, queria deixar essa nota de que havia um trabalho intenso no terreno, de muitas dezenas de instituições, de centenas e centenas de homens e mulheres que mereciam todo o nosso louvor e todo o nosso respeito pelo trabalho que estavam a desenvolver em relação ao combate do COVID.

Uma última nota tinha a ver com a relva do Convento de Jesus. A Sra. Presidente, depois, poderia complementar, porque também tinha acompanhado bem esse processo, mas era um caso simples de explicar. Na obra do Convento de Jesus tinha corrido tudo bem menos a relva. Ao empreiteiro, a Arquijardim, que era um empreiteiro que era especialista em relvados, tinha-lhe corrido mal o trabalho do relvado da parte da frente do Convento de Jesus e tinha tido de o refazer, como era normal. Tinha-lhe sido dado tempo para avaliar se haveria correção possível do que ele tinha feito mal e tinha-se verificado que não havia capacidade de correção. A Sra. Presidente tinha reunido com a empresa e tinha-se decidido fazer uma intervenção totalmente distinta da anterior, corrigir a situação: Em vez de semear relva,

4

colocar tapete e corrigir toda a parte subjacente do tapete, que tinha que ver com o tipo de material inerte que lhe tinham colocado debaixo ou que tinham colocado na sementeira. Portanto, era um assunto simples de esclarecer. Também tinha reunido com o empreiteiro e tinha-lhe explicado e chamado a atenção. Eles tinham feito bem muita coisa, mas aquela tinha corrido mal. Acontecia a todos. Tinham tido que corrigir o que tinham feito mal, tinha sido isso que tinha acontecido.

Sra. Vereadora Carla Guerreiro – Disse que, relativamente às questões que o Vereador Nuno Carvalho tinha colocado, normalmente, faziam sempre a vacinação descentralizada, faziam em Poçoilos e faziam, também, nas freguesias. Este ano, tendo em conta o COVID, tinha sido proposto pela nossa veterinária que centralizassem tudo em Poçoilos, porque, infelizmente, os locais que usavam não eram os mais adequados. Tinha sido uma prática, mas não tinham sido os mais adequados, nomeadamente em instalações municipais ou das juntas de freguesia.

Compartilhava essa preocupação, porque isso também tinha sido discutido. Muitas vezes, também havia maneira e possibilidade de as pessoas se poderem deslocar. Portanto, iam ver. Tinha que ser por marcação. Iam fazer por marcação e iam ver as dificuldades das pessoas. Se, depois, conseguissem ou se precisassem de um sítio para congregar uma série de pessoas que não tivessem possibilidade para ir ao CROAC, teriam que arranjar uma solução, porque não podiam deixar de prestar esse serviço. Isso tinha sido uma questão que tinha sido analisada e, por agora, iriam deixar assim.

A divulgação tinha sido feita assim e se tivessem queixas e reclamações relativamente à impossibilidade de as pessoas se poderem deslocar, porque, realmente, ficava afastado e não havia possibilidade de, se calhar, algumas pessoas poderem ir, então teriam que verificar se conseguiriam ou através de uma parceria com uma clínica. Portanto, estavam a equacionar qual seria a melhor solução.

Por agora, iriam deixar assim e iriam ver qual era o *“feedback”*. Até podia ser que conseguissem ajudar, havendo uma ou outra pessoa que tivesse dificuldades e que conseguissem transportar. Iriam ver qual era a dimensão da questão.

Sr. Vice-Presidente – Disse que o tom apático do início da reunião, com as intervenções do período de antes da ordem do dia, provavelmente não refletiria o momento que devia ser de alguma tristeza para a cidade, com a situação do Vitória Futebol Clube. Devia ser um dia de alguma compensação com alguma alegria mais explícita, pelo facto de ter havido uma intervenção que tinha salvado de um afundamento maior a situação do Vitória Futebol Clube. Tinha sido aquela intervenção que, ao fim de quatro intervenções, tinha sido referida como uma manifestação de apoio, de apreço e de reconhecimento.

Ainda bem que todos reconheciam que tinha sido uma intervenção muito importante, mas com um toque de unanimismo que era bom temperar. O Sr. Vereador Fernando José andou durante anos a propor uma intervenção politicamente acordada para a gestão do Vitória. Tinha sido essa a parte que tinha dito em que nem sempre tinham estado de acordo. Nunca tinha estado de acordo com isso. Tinham entendido que o Vitória deveria sempre gerir-se fora dos quadros da luta partidária e política. Nunca tinham intervindo, dando sempre a garantia de que, quando fosse necessário, a Câmara, como sempre o tinha feito por tradição, haveria de acudir ao Vitória e tinha acudido.

A intervenção que a Sra. Presidente tinha feito tinha sido uma salvação do património do Vitória, a favor do Vitória. Não tinha havido unanimismo em muitas outras coisas, nomeadamente uma intervenção mais política ou mais partidária na gestão do Vitória. Isso trazia sempre muito más consequências. Portanto, faziam uma distinção.

Entendia que podia não ser essa a intenção do Sr. Vereador Fernando José, estarem a aprovar um documento, a formalizar uma posição, quando a própria Sra. Presidente já tinha manifestado diversas vezes, na comunicação social, que achava que devia haver alguma investigação ao modo como tinham sido tomadas as decisões sobre o recurso do Vitória.

4

Achava que tinha dito o bastante, na defesa da independência, no papel de cada órgão político ou local, autárquico, ou da justiça desportiva. Achava que estava dito o bastante.

Nesse unanimismo todos estariam de acordo, certamente, mas a ação que o Município tinha tido, através da Sra. Presidente, julgava que era bastante clara, não precisava de ter essa formalização, que podia não ser própria de um órgão municipal autárquico. Provavelmente, para o fazer, talvez também divergissem no modo de o fazer.

A cidade tinha que estar e estava, naturalmente, reconhecida e grata pela intervenção da Câmara, a intervenção que tinha sido conduzida pela Sra. Presidente. Toda a gente reconhecia isso, ninguém podia deixar de reconhecer, mas era bom não se esquecerem que tinha sido contra algumas vontades de intervenção na gestão do Vitória, a que sempre se tinham oposto.

Era por essa posição de independência e autonomia de gestão, entre a gestão autárquica e a gestão desportiva do Vitória, que o Município se tinha pautado e, uma vez mais, tinha podido intervir de mãos livres, para salvar o património do Vitória. Era esse reconhecimento que achava que, mais do que unanimismos um pouco à pressa, era fundamental reconhecer. Portanto, a cidade, nesse aspeto, podia rejubilar um pouco dentro da tristeza que era a situação em que o Vitória tinha caído ou tinha sido deixado.

Sra. Presidente – Disse que estava quase tudo já respondido pelos próprios vereadores. De qualquer modo, em relação à Comenda, a Comenda não podia ser discutida ali nem muito menos ao pé da comunicação social, exatamente porque a comunicação social, com todo o respeito, depois dava a notícia num determinado contexto e aquilo era muito mais profundo do que só o que o pudesse dizer ali. Não era estar a desmerecer a comunicação social nem nada que se parecesse, porque tudo o que pudesse dizer era muito pouco, era pouco profundo relativamente à gravidade do processo.

Primeiro, tinham ficado muito contentes com a aquisição da Comenda. Só podia dizer isso, que tinham ficado contentes com a aquisição da Comenda. Toda a gente tinha ficado. Passados uns dias, tinham começado a ficar preocupados com a forma arrogante e prepotente que os novos donos tinham tomado face àquela propriedade e a forma como, rapidamente, tinham tentado afastar a comunidade da sua propriedade. Sabiam que era a propriedade deles, mas tinham entrado em diálogo e tinham tido reuniões. Tinha tido sempre muita calma. Tinha ido avisando sempre da necessidade da legalização e que aquele não era o caminho, que aquela prepotência não era o caminho para os setubalenses, que havia séculos utilizavam aquilo e usufruíam daquilo. Aquele não era o caminho.

“Não, não. Vamos arrepiar caminho, vamos ser diferentes, vamos fazer diferente” - e cada vez que havia reunião a diferença era para pior. Tinha dito isso numa reunião da Câmara. *“Cedam-nos aquele espaço para estacionamento”*: Estavam lá toneladas de areia, de terra, para impedir que fizessem estacionamento. *“Não deviam ter lá posto a terra”*: Outra reunião, tinham lavrado aquilo. Tinha ido sempre piorando em todas as dimensões. Portanto, todas as instituições e uma série de figuras públicas tinham solicitado à Câmara a condução daquele processo, para reverter aquele tipo de atitude.

Tinha sido o que a Câmara tinha feito. Tinha pedido protocolos, tinham vindo muito maus e tinham decidido fazer o pedido de expropriação. Uma entidade externa tinha feito a avaliação e, depois de terem a avaliação, tinham contactado a entidade, por escrito, a dizer que ia ser feita: *“Ou nos vendem ou vai ser feita a expropriação”*. Depois daqueles meses todos, tinham vindo a terreiro dizer que não: *“Expropriação, não. Não queremos nada expropriação, porque isso vai decapitar a propriedade”*. Especialmente o estacionamento, que era numa pontinha, que importância tinha para a propriedade?

Em relação ao parque da Comenda, tinham percebido que podia haver uma transferência com calma, estava mais junto à casa, mas não era como tinha sido feita, com o que tinha sido acabado de relatar e outros relatos, de coisas que viam. Já lá tinha ido ver. Portanto, as coisas tinham começado a aquecer muito, a azedar muito. A última reunião tinha sido muito má, mesmo no sentido de pedirem que fosse afastada do processo, como se estivessem no tribunal, em que se pedia que o juiz tal fosse afastado do processo. Estavam enganados, não

tinham percebido nada daquilo, não sabiam o que era uma Câmara Municipal. Só quem podia afastar era o povo ou alguma ilegalidade grosseira, de modo a que as pessoas perdessem o mandato. Estavam num outro mundo. Tinham vindo, por escrito pedir à Presidente da Câmara que a Presidente da Câmara fosse afastada do processo. Já parecia o outro: *“Eu sou o dono das festas e o dono das festas vem pedir que que lhe deem o subsídio para a festa”*. Era o mesmo, era igual. Portanto, a coisa estava a ficar muito dura.

Depois, podiam fazer uma reunião entre eles, para perceberem os meandros, mas a coisa estava a ficar complexa. Portanto, tinha-se escusado a dar entrevistas na revista *“Sábado”*, na SIC, em todos os órgãos da comunicação social, exatamente para que, depois, pudesse haver retorno das negociações e do bom senso, se fosse tratado com eles, para que as coisas pudessem ter retorno. Quando eram tratadas fora do espaço em que deviam ser tratadas, às vezes, as coisas podem não ter retorno. Estavam a salvaguardar quer os interesses da cidade, quer os deles, enquanto proprietários. Portanto, as coisas tinham que ter retorno.

Em relação a isso, havia um registo na Conservatória Predial muito antigo, desse bocado ser deles, mas, entretanto, a legislação tinha sido alterada e não havia praias privadas de ninguém. Os advogados que estavam a tratar do assunto parecia que não percebiam que a situação se tinha alterado e que não havia essa propriedade, mas a Capitania já os tinha alertado para isso. O capitão do porto já tinha falado com eles e já lhes tinha dito que não podiam estar com esse tipo de atitude, que a praia era de todos e que a legislação tinha sido alterada. O bocado de terra até podia ser deles havia séculos, só que, naquele momento, 50 metros para a frente, a praia não podia ser ocupada e não podia ser propriedade de ninguém. Mesmo assim, eles não mudavam de atitude.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que até tinha imprimido uma imagem para entregar à Sra. Presidente, porque não sabia se tinha conhecimento. Parecia quase um capanga com um *“pitbull”* a patrulhar a praia e a impedir as pessoas. Aquilo tinha acontecido mesmo na nossa cidade, em Setúbal.

Sra. Presidente – Disse que não tinha acontecido, estava a acontecer.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que aquilo era simbólico. Havia problemas graves, como o da Comenda. O parque de estacionamento, se calhar, tinha mais impacto na prática, mas aquilo era simbólico daquilo que nenhum deles queria na nossa cidade, na nossa terra.

Também ele tinha acabado por ir pesquisar um pouco sobre a Lei da Água e o domínio público marítimo, que vinha de um Decreto Real de 1864, em que dizia claramente que, antes de 1864, quem tinha registado as partes das praias, etc, continuava a ter parte privada. Ora, o Palácio da Comenda era muito posterior a 1864. Outra coisa era a linha do cadastro, o limite da propriedade, que não tinha nada a ver. Podia o limite da propriedade ser aquele mas o domínio ser de usufruto público, que era aquilo que a lei dizia.

Curiosamente, o Decreto Real tinha sido feito no tempo dos liberais - eles, republicanos, estavam a defender uma coisa daquelas, era verdade -, para impedir que o rei vendesse as praias a terceiros e que o usufruto fosse da população. Portanto, passados mais de 150 anos, parecia que estavam com um problema em Setúbal similar.

Sra. Presidente – Disse que eles não tinham percebido nada. Para ser muito sincera, nem sabia se seriam os próprios proprietários que não tinham percebido, se eram os advogados que estavam a intermediar que não tinham percebido. Estavam a investigar. Depois, podiam falar só entre eles.

Relativamente à recolha das pessoas na Praia da Figueirinha, sabiam que havia vários problemas com os transportes, na recolha das pessoas que iam à praia, mas iam ver isso com a equipa Valpraias, para ver se tinham essa nota. Realmente, depois, quem estava na Figueirinha nunca mais saía da praia. Primeiro que houvesse espaço nos autocarros para entrarem - até porque os autocarros não ficavam na totalidade cheios, por causa do COVID –

era ainda mais difícil. Antigamente, mesmo que viesse cheio, era sempre mais 2 ou 3 e aquilo dava. Naquele momento, não dava mesmo e isso era extremamente complicado. Portanto, ia ver com a equipa Valpraiais.

Em relação à relva, a luta tinha começado havia mais de 3 meses. A relva não era relva, era um prado de sequeiro. Só o nome a tinha assustado. Quando viu que, no caderno de encargos, estava lá *“prado de sequeiro”*, tinha ficado assustada. Tinha chamado a equipa técnica, a equipa técnica exterior e os empreiteiros e eles lá lhe tinham explicado que o *“prado de sequeiro”* era uma espécie de galracho.

O que queriam daquele espaço era que os miúdos pudessem rebolar, que as pessoas se pudessem sentar e deitar, etc. O prado de sequeiro, normalmente, num sítio qualquer, numa mata, ficava muito seco quando vinha o verão. No inverno estava mais ou menos, mas no verão ficava muito seco. Não era isso que queria, não queria aquilo árido nem seco, queria que aquilo estivesse sempre verde, confortável, para os miúdos brincarem e para as pessoas se sentarem.

Eles tinham feito uma prova do que era o tal *“prado de sequeiro”*, que era, para si, galracho: *“Sim, senhor. Então, avancem com isso, porque isso é resistente, é duro”*. Quando começaram a pôr aquilo, a sementeira tinha demorado um tempo do outro mundo. Não tinham forma de enxotar os pombos e eram os trabalhadores que andavam ali a bater palmas, para que os pombos não comessem as sementes. Depois, num sítio havia maior desenvolvimento da plantação e noutro sítio havia grandes clareiras. Num dia andavam lá a bater palmas, no outro dia andavam com gaitas para espantar os pombos.

Aquilo lá começou a vingar e, a determinada altura, como andava sempre em cima das obras, começou a ir visitar aquilo. Como aquilo escorria, tinha começado a ter muitas poças de água mesmo em frente à Igreja. Eram poças enormes, que não desapareciam. Tinha posto as mãos na terra e tinham ficado cheias de entulho. A terra estava cheia de entulho por baixo. Dava a ideia de que, das obras que ali tinham acontecido, tinham esmigalhado aquele entulho todo, tinham misturado terra e pumba: *“Agora, semeia aí”*. Claro que a água não drenava.

Já não podiam lá ir ver porque já estava com o tapete, mas, se tivessem andado lá por cima, nuns sítios os pés ficavam enterrados em lama e noutros ficavam só molhados. Conforme tinha mais entulho ou menos entulho, nuns sítios ia para baixo e noutros não tanto, mas não ia de todo. Portanto, não era aquilo que queriam.

Tinha começado a ficar chateada com a situação e o Vereador Rabaçal, que acompanhava a obra, também. Ao Vereador Rabaçal todos os dias prometiam que iam fazer um exame do tipo de terra, no outro dia iam fazer um exame do galracho ou do que era aquilo. Depois, eram mais 10 dias e mais 10 dias. Havia dois meses que andavam nos mais 10 dias.

Aquilo tinha ficado tudo verde, mas quem andasse em cima sabia que aquilo que estava tudo encharcado e não havia forma de dar a volta, a menos que parassem os aspersores. Quando os aspersores parassem dois ou três dias, com este tempo, naturalmente, aquilo secava. Mas, como não havia continuidade na rega - um dia parava, dois dias regava -, daí a um bocado estava tudo a ficar estragado.

O que a empresa lhes tinha proposto tinha sido mais 15 dias de experiência - iam lá pôr outro tipo de aspersores - e, se não conseguissem, então se veria se levantavam ou não, ou, então - o que era muito mais grave - que, nos dias 10 e 11 de outubro, que era a data da inauguração, deixássemos passar a inauguração e, depois, eles levantavam. Nem morta! Se a conversa já tinha sido muita, depois da inauguração diriam que não sabiam o que é que tinham estado a fazer e toca a tapar tudo, para se levantar. Não fazia sentido. Portanto, tinha havido uma posição um bocadinho forte para com a empresa e, no âmbito da garantia da obra - o que era muito importante -, tinham-nos obrigado a levantar tudo. Só tinham pago o tapete de relva, porque, senão, eram mais dois meses à espera que a plantação se fizesse, se tivessem posto relva.

Estavam preocupados e aflitos, porque já devia estar tudo destapado e as pessoas já deviam estar a gozar aquilo. Portanto, tinham decidido pagar os tapetes de relva. Tinha sido o único pagamento que tinham feito, porque não era isso que estava no caderno de encargos. Os rolos do tapete de relva era chegar ali e pôr, estava feito. Tinha pago os tapetes de relva,

que não tinham sido assim tão caros, e o resto, tudo o que eles tinham levantado, as manobras das máquinas, etc, e porem terra igual à que tinham posto lá atrás, porque era uma terra muito boa. Tudo o que estava na parte de trás, à volta da cerca pequena, à volta do hornaveque, estava tudo bem semeado, bem plantado e estava tudo bem regado. Não havia problema nenhum, porque essa terra não tinha entulho no meio, estava limpa. Portanto, tinham posto uma terra igual à frente e o tapete de relva, que não estava no caderno de encargos, estava a ser pago pela Câmara. Em meados da semana seguinte estaria tudo despachado. Já estava quase tudo pronto, mas na semana seguinte estaria praticamente despachado.

O Convento já estava despachado. Só faltavam umas coisinhas no âmbito da obra, portas que estavam um bocadinho encravadas, coisas de nada, retificações. Lá dentro, no Convento, já estava a começar-se a montar a exposição. Estava, de facto, uma obra digna da cidade de Setúbal. Estava lindíssimo. Por dentro, era uma coisa do outro mundo.

Ainda faltava a 3.ª fase, aquela era a 2.ª. As salas iriam estar prontas para entrarem na 3.ª fase. Já tinham lançado o concurso e já tinha sido adjudicada a 3.ª fase, mas ainda ia para o Tribunal de Contas. Seria quase um ano para começar a 3.ª fase. De qualquer modo, o Convento, a Igreja e tudo iam começar a ser utilizados com concertos e com o usufruto das pessoas. O bar tinha sido adjudicado às Carnes do Convento, ia-se chamar Barriga de Freira. Era uma cafetaria. Estava tudo pronto e no dia 10 haveria de ser aberto.

Aquela parte estava a falhar. A parte de trás estava lindíssima. Já tinham feito o estacionamento da Santa Casa da Misericórdia, na continuidade, igualzinho ao nosso. Estava tudo feito, tudo despachado. Tinha havido aquele problema da relva, que não podiam deixar para depois de 10 de outubro. Isso sim, seria uma grande irresponsabilidade e negligência.

Em relação ao Vitória, queria agradecer as palavras do Vereador Fernando José. Estava à espera de toda a gente menos do Vereador Fernando José, porque ele não era má pessoa, mas, às vezes, tinha umas coisas. Queria agradecer e dizer que, no entanto, achava que qualquer um que estivesse ali faria ou que tinha a obrigação de fazer, não podia estar a olhar para o lado e a deixar passar o tempo, porque o tempo podia ser fatal, e deixar passar a oportunidade de negociar. Queria lembrar que aquela decisão tinha sido tomada por unanimidade. Tinha tido ali uma decisão de comprar os créditos do Vitória e tinha sido por unanimidade, essa decisão.

Depois, o estádio, o bingo e a casa do guarda tinham ido para hasta e, aí, não tinham olhado para trás, dentro dos créditos que tinham sido ali decididos e na Assembleia Municipal. Dentro desses créditos, tinha sido não olhar para trás, ser expedito e dizer: *“Está aqui a oportunidade”*. Achava que ninguém que estivesse ali poderia ter feito de outra forma. Era dizer: *“Isto está aqui, no molho dos nossos créditos. Estes créditos foram comprados com o não recebimento de 375 mil euros de TRIU do BCP”*. Portanto, era fazer a engenharia financeira e atuar.

Tinham feito uma primeira oferta, ao gestor de insolvências, de 375 mil. Portanto, ficariam com o resto dos créditos em carteira e tinham pensado: *“Mas podemos não ter que utilizar o resto e isto morre tudo”*. Tinha havido várias entidades - também só a eles diria os nomes - à volta da coisa, várias e perigosas entidades à volta do nosso campo. Não poderiam deixar que o campo do Vitória, que era o campo da cidade de Setúbal, nas mãos de uns quaisquer especuladores imobiliários, especuladores desportivos e por aí fora. Não podiam deixar que fosse comprado por um valor, que, a ser aquele, seria muito baixo.

Alguém podia chegar, cobrir aquilo e dizer, de um dia para o outro: *“O Vitória, agora, não joga aqui”* ou *“joga se nos pagar uma renda”* ou *“vão daqui para fora”* ou qualquer coisa do estilo. Nesse sentido, o que tinham à mão de disponibilidade, do valor do crédito, tinham tido que empolar para 1 milhão e 500 mil euros. Quando fizeram essa proposta, os tais senhores arredaram caminho. Portanto, tinham conseguido fechar a hasta pública por esse valor.

Tinha sido mérito de toda a gente. Era mérito dos técnicos do urbanismo, que os tinham ajudado a fazer a operação, de advogados, de pessoas que tinham vindo ajudar de todo o lado e mais algum, que tinham vindo dar informações para acelerarem aquilo. Era, também, mérito do próprio Vitória, que também tinha estado de acordo com a operação.

Num momento tão difícil, fosse quem fosse a direção, era o Vitória. Se era aquela direção, era aquela direção que tinham que acarinhar, proteger e defender, porque aquela direção era o Vitória. Nesse sentido, já o tinha dito várias vezes ao senhor Presidente, teriam sempre, incondicionalmente, o apoio da Câmara Municipal na tentativa de resolução dos problemas daquilo que era a propriedade de todos, não era daquela nem da outra noutra direção, era de todos nós. Tinha feito aquilo que todos os que estivessem ali deveriam ter feito. Se não fosse assim seria gravíssimo, se não tivessem feito isso, se não tivessem protegido um bem maior da cidade. Aquele era um bem maior da cidade.

Queria agradecer e dizer que, de facto, não estavam muitas vezes de acordo, mas mais especialmente pelo feito. Às vezes, nem era tanto pela objetividade, era pela subjetividade e pela forma como falavam que estragavam as coisas.

Ainda estava por resolver a questão do pavilhão, que estavam a tentar resolver também rapidamente. Não tinham dinheiro, também tinham que fazer aquelas engenharias. Era dinheiro que a Câmara deixava de receber, que deixava de entrar, mas era a única forma que a Câmara tinha de resolver e de tornar a cidade forte. A cidade tinha de estar forte.

Estava de acordo com o Vereador Fernando José, quando dizia que a Câmara Municipal tinha que tomar uma decisão em relação à Liga. No dia em tinha saído a notícia, tinha falado com o presidente e tinha-lhe dito o que é que achava que podia fazer no dia imediatamente a seguir. Tinha dito ao presidente que tinham que ir imediatamente para o Porto. A coisa não estava fácil e também compreendia porque é que não se tinha feito, não estava a julgar ninguém. Não tinha podido ser feito. Não era fácil, havia muita coisa por resolver em menos de 24 horas e uma delas era mobilizar gente e autocarros. Não estava fácil, por parte do Vitória. Não estava fácil. Só quem estava dentro do convento é que sabia o que lá ia dentro. Ali, aplicava-se exatamente isso.

Era muito fácil falar nas redes sociais. Era tão fácil, atrás do teclado. Estar ali, a dar o corpo às balas e a ter que decidir a 500 à hora como é que se contratava e descontratava, fazia, não fazia, era um lugar de grande solidão. O seu era um lugar de grande solidão, assim como aquele era um lugar de grande solidão, por muitos amigos que se tivesse, muita gente à volta. Todos os haviam de julgar, para o bem ou para o mal. Se fizessem bem tinha sido de todos, se fizessem mal era só de um. Portanto, não era fácil.

Tal como não se tinha conseguido concretizar essa iniciativa, achava que devia haver uma comissão de redação de uma coisa bem forte. Já tinha dito à comunicação social que a decisão da Liga deveria ser investigada e estava a perguntar a ghyalguns advogados se aquilo poderia ser passível, ou não, de um pedido de investigação ao Ministério Público, etc. Não entrava na cabeça de ninguém que se decidisse dizer a esta ou àquela equipa “*você vai para a 1.ª divisão*” sem que os outros tivessem sabido o resultado. Ele era o TAD. Não era preciso haver decisão do TAD - não era preciso estarem lá aqueles juízes ou o júri - e não era preciso o Vitória estar a pagar também a advogados para porem um processo se aquilo estava decidido.

Não estava a julgar se tinham, ou não, razão. Ainda não sabiam se tinham razão e já o outro tinha decidido que quem ia para a 2.ª divisão era não-sei-quem e não-sei-quantos e que quem ia para a 1.ª era não-sei-quem. As coisas não podiam ficar por ali, independentemente do que viesse a acontecer ao Vitória. Ao Vitória não ia acontecer nada, porque não podia acontecer nada. O Vitória era o Vitória. Aquilo a que se estava a referir era não só à SAD mas ao futebol profissional. O Vitória era muito mais do que o futebol profissional e tinha que estar mais do que nunca com a cidade toda ao lado, independentemente de não gostarem ou gostarem daquela direção. Se gostavam daquela direção continuava, se não gostavam não continuava. A massa associativa que resolvesse isso. Isso era com a massa associativa.

Com os três partidos que ali estavam não podia, de forma alguma, haver divisões. Se calhar, era o que muita gente gostaria já havia mais de 110 anos. A história era assim mesmo, não havia unanimidades. Se calhar só no céu, se houvesse céu, é que deveria haver unanimidades: “*Senão, saís daqui e vais para o Purgatório*”. Ali, havia sempre gente que discordava. Eles tinham outra responsabilidade. Se se sentavam naquelas cadeiras era para a responsabilidade ser diferente. Senão, eram iguaizinhos, não valia a pena estarem

naqueles cargos. Quer se gostasse, ou não, a responsabilidade era diferente, porque ninguém os obrigava a estar ali. Portanto, se tinham outra responsabilidade, era dever de todos eles manterem aquela casa unida. Eram 110 anos de muito trabalho, bom, mau ou assim-assim. Todas as instituições tinham altos e baixos, mas era de manter aquela casa bem unida e dizer que aquela casa não tinha acabado, não ia acabar, não podia acabar nunca.

No que dependesse da Câmara Municipal sempre tinha sido assim, desde a construção do estádio, dos terrenos que a Câmara tinha dado. Depois, tinham passado tantas câmaras municipais e nunca nenhuma câmara tinha estado contra o Vitória. Era o que mais faltava aquela estar ou a que viesse a seguir estar. O Vitória era uma instituição e, portanto, tinham que lutar por isso.

O Vereador Fernando José que propusesse os nomes da comissão de redação de um documento que deveria, de facto, sair da Câmara Municipal para a Liga ou um pedido de investigação relativamente à Liga, para se saber porque é que se tomava uma medida daquelas, não era saber o que é que tinha acontecido, porque ninguém tinha sabido nada do processo. O que se sabia do processo denotava que nem sequer tinha sido todo lido. Isso era o que se sabia. Não se sabia se neste parágrafo ou naquela questão ou na outra eles tinham razão ou não tinham razão ou podia ser, ou não, rebatido. O que se sabia era que não tinham razão, estava indeferido e já estavam lá os outros. Já estavam inscritos, iam ver se com o recurso no Tribunal Administrativo as coisas ainda aconteciam. Achava difícil, mas era muito bem feito, para alguém pagar indemnização aos outros que tinham ido inscrever-se sem esperarem pela decisão do Vitória. Agora, os sócios do Vitória, a massa associativa, tinha que ser soberana em relação ao que é que ia ser o futuro. Tinha que estar ali, na retaguarda, a dizer “estamos cá”.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que, na sequência daquilo que tinham sido as intervenções do Sr. Vereador Fernando José e da Sra. Presidente, sobre uma posição que transmitisse força, a força existia, era manifesta. Em nome do PSD, queria recordar que, inclusivamente, tinha chegado a ser indicado - quando, na altura, a Câmara participava na SAD -, uma pessoa que era líder do PSD, Paulo Calado, e, na altura, a maioria já era da CDU.

Sra. Presidente – Disse que, antes de Paulo Calado, tinha estado António Alves, que também era do PSD.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que António Alves, que também tinha sido presidente do Banco Alimentar, e Paulo Calado, que ainda estava na Assembleia Municipal, tinham desempenhado muito bem essas funções, o que era representativo do apoio transversal que sempre tinha existido, por parte da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, sem misturar questões partidárias pelo meio.

Era fundamental, era esse o espírito que estava a ser emitido pelo Sr. Vereador Fernando José e pela Sra. Presidente da Câmara Municipal. No que tocava ao que o próprio PSD tinha sentido – e, naquele caso, era exemplo nessa matéria, pela história –, queria reforçar essa imagem.

O segundo ponto, que era o apelo ou a força que era necessário fazer para que pudesse haver justiça desportiva. Dizia justiça desportiva no sentido de haver justeza, haver, efetivamente, o reflexo do resultado desportivo que o Vitória tinha tido, que era o clube estar na 1.ª Liga.

O que se colocava era uma questão de interesse público. Esse interesse público, que cabia ao Município de Setúbal e cabia ao concelho de Setúbal, estava diretamente relacionado com a celeridade do processo que estava em tribunal. Tinha sido o que o Vereador Fernando José tinha mencionado.

Acreditava que esse devia ser o objeto da nossa pressão, a celeridade em função do interesse público, porque a Liga era uma organização que tinha as suas regras e era uma

9

organização externa àquilo que era a própria esfera do Estado. Era certo que era de interesse público, mas não era do Estado.

Enquanto Município, acreditava que o caminho mais correto seria colocar pressão na fase em que o processo estava, devido ao interesse público que existia. Por aquilo que já tinha sido dito e pelas ações que tinham sido tomadas, o Município tinha toda a legitimidade e interesse em que isso acontecesse. Portanto, o documento deveria ter essa deliberação, mais ou menos nesses termos, que desse foco, precisamente, a essa celeridade, tendo por base o interesse público, porque o clube era mais do que o futebol, mas, as dimensões do clube que estavam para lá do futebol, tinha dúvidas se podiam persistir ou existir sem o futebol. O Vitória era um todo e era nesses termos que deviam tentar redigir o documento.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que a questão ia no sentido da Câmara Municipal Setúbal, fazer pressão junto do TAD, porque se de forma tão célere tinha decidido sobre a providência cautelar, o que não tinha acontecido, por exemplo, no caso do Olhanense, o TAD tinha aceite a providência cautelar do Olhanense, tinha levado 4 meses para decidir e ao fim desses 4 meses não tinha dado razão ao Olhanense, naquele caso, do Vitória de Setúbal, tinha sido célere a decidir a não aceitação da providência cautelar, então que o TAD fosse célere também, e achava que haviam indícios que iam nesse sentido, a dar uma resposta sobre as questões de mérito, que essas como a Sra. Presidente tinha dito e muito bem, nem sequer tinham sido analisadas.

A intenção seria sair da parte da Câmara Municipal de Setúbal, a Sra. Presidente tinha tido intervenções públicas, mas pensava que da parte da Câmara Municipal enquanto órgão, poderia sair um documento redigido por eles, no sentido, não sabia se com aqueles termos de repudiar a decisão da liga, mas, essencialmente, exigir que da parte do TAD fosse tomada uma decisão em tempo útil, para que a justiça desportiva funcionasse, porque como a Sra. Presidente sabia e sabia muito bem, e ainda há pouco a Sra. Presidente tinha dito que qualquer pessoa que ali estivesse faria o que a Sra. Presidente tinha feito, a verdade era que no dia 27, a Sra. Presidente despiu as vestes de Presidente e tinha ido muito além disso. Sabia porque também tinha acompanhado o processo, a Sra. Presidente tinha sido inexecutável, na forma como tinha estado ao lado do Vitória, portanto estava por dentro do processo e aquilo que ali tinha dito, na reta final, era precisamente no sentido da Câmara Municipal enquanto órgão, dar força ao clube, que não era emblema só de uma cidade, mas de uma região, os termos em que deveria ser redigido certamente teriam que ser encontrados entre todos.

Sra. Presidente – Agradeceu ao Sr. Vereador e disse que, quando terminassem aquela reunião, poderiam ficar mais 5 minutos para decidirem quem iria redigir o documento.

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Projeto de Ata da reunião ordinária de câmara de 12 de agosto de 2020

A Sra. Presidente submeteu o projeto de ata a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade dos presentes na referida reunião, não tendo havido discussão sobre o mesmo.

2. Deliberação n.º 282/20 – Proposta n.º 11/2020 – GAP – Atribuição de Medalhas Honoríficas 2020 – Adenda

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 12.

Não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu-a a votação por escrutínio secreto, tendo-se obtido os seguintes resultados, conforme lista anexa à presente ata, sob o registo n.º 13:

Medalha de Honra da Cidade

Classe Desporto

- João Carlos Pires de Deus - Atribuída, por maioria, com 9 votos “sim” e 1 voto “não”;
- Carlos Velez - Atribuída, por unanimidade;

Classe Turismo

- José Fernando - Atribuída, por unanimidade.

3. Deliberação n.º 283/20 – Proposta n.º 12/2020 – GAP – Empreitada “Reabilitação do Convento de Jesus – Ala Este e Ala Norte, Claustros, Igreja e Coro Alto” - Ratificação do Despacho n.º 203/2020, de 24 de agosto

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 15 e 16, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

4. Deliberação n.º 284/20 – Proposta n.º 63/2020 – DAF/DICONT – 10.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa e 9.ª Alteração ao Plano de Atividades – Ratificação

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 17 e 18, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 9 votos a favor, 6 da CDU e 3 do PS, e 1 abstenção, do PSD.

5. Deliberação n.º 285/20 – Proposta n.º 64/2020 – DAF/DICONT – 11.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa, 10.ª ao Plano de Atividades e 9.ª ao Plano Plurianual de Investimentos

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 19 e 20, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 6 votos a favor, da CDU, e 4 abstenções, 3 do PS e 1 do PSD.

6. Deliberação n.º 286/20 – Proposta n.º 65/2020 – DAF/DICONT/SERGEP – Cedência a Título Precário de Parcela de Terreno, sita a Norte do Prolongamento da Av. de Moçambique – Parque Urbano da Várzea, União de Freguesias de Setúbal, à TST - Transportes Sul do Tejo, S.A.

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 21 a 25.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que achavam bastante interessante e positiva a criação daquelas interfaces, no entanto em relação àquela proposta colocavam algumas questões que lhes tinham levantado algumas dúvidas, nomeadamente a primeira tinha a ver com a localização do equipamento naquele espaço. Toda aquela zona no novo Plano Diretor Municipal estava classificada como espaço verde de recreio e lazer e tinha uma especificidade própria, ainda não dominava bem o novo PDM, mas por aquilo que tinha podido ler, só eram permitidos usos de atividades de recreio e lazer, ou equipamentos de carácter lúdico e comércio associado ao usufruto do espaço verde de recreio e lazer. Questionou se aquela utilização se enquadrava dentro daquilo que era a classificação do espaço do novo PDM.

O segundo ponto tinha a ver com a nova via, que era o prolongamento da Avenida de Moçambique e que ligava à estrada dos Ciprestes, era uma facha muito reduzida, tinha 6 metros de perfil, onde iria circular bastante tráfego de pesados, questionou se aquela via estava preparada para receber aquele tráfego. Recordou que quando tinha sido feito o estudo, que era referido na proposta, dizia que tinha havido a necessidade de deslocalização, na Avenida 5 de Outubro, na antiga estação dos Belos, exatamente pelos constrangimentos que colocava em vias de perfil reduzido, alguma ainda tinham sido ainda mais reduzidas, como por exemplo na Avenida Alexandre Herculano, e agora iam colocar bastantes veículos pesados de passageiros numa via que se queria de usufruto, de lazer, com um perfil curto, e com entradas e saídas. Tinham muitas dúvidas em relação à localização. Depois era um equipamento que iria criar uma barreira entre o futuro parque com a zona desportiva, por muito boa que fosse a intervenção e minimalista iriam ter ali autocarros parados com paragens, isso não era apelativo, naturalmente que tinha que existir, mas não era apelativo. Gostaria de perceber se aquela localização não deveria ser reequacionada.

Depois em relação à proposta em si, aquela cedência não tinha sido feita a título gratuito, na proposta não dizia, mas o contrato remetia para os TST's o pagamento dos custos da iluminação do parque urbano da Várzea, no valor de duzentos e tal mil euros. Questionou se não era necessário haver um procedimento próprio e diferente, era uma questão técnica, não sabia se da forma como estava seria possível ser aprovado aquele acordo. Basicamente aquilo que questionavam era que, num futuro parque da cidade, implantar numa via que atravessava e que ia dividir a zona onde estavam os Pelézinhos, os campos do Vitória e outras instalações, se fazia sentido implantar aquele equipamento naquela zona e com aquele perfil, que não era de todo o mais adequado, um autocarro para entrar e sair ali, iria ter algumas dificuldades.

Sra. Presidente – Disse que presentemente onde estava era muito pior. Estavam muito preocupados com aquela situação no meio da cidade, com a poluição que aquilo provocava e queriam que fosse feito outro uso ali, no meio da Avenida 5 de Outubro. Aquele equipamento ia para o Interface, ficava ali muito provisoriamente, os TST's iriam ser os residentes para o Interface, *“aqui agora ficam quatro a cinco”* – o Interface iria estar pronto no primeiro trimestre. *“Eles vão para onde está aquele...na Várzea, lá em cima, aqui normalmente estão três, quatro, cinco, no máximo, por isso eles tem aqui cinco coisas...”*-, iam sair da Avenida 5 de Outubro, e queriam ver se conseguiam, que os atuais proprietários fizessem, por exemplo, um estacionamento à superfície, um silo, porque a cidade naquela zona precisava de estacionamento, e eles estavam disponíveis para isso, aqueles tinham que ir para o Interface, que iria estar pronto no primeiro trimestre, estava a andar bem, não estava a sofrer atrasos, estava a cumprir datas, até estava quase 30 dias mais rápido, depois quando o Interface estiver pronto poderia estar ali um ou outro autocarro, mas não pernoitavam ali. Eles não eram para ficar ali, eram para ficar à frente dos prédios, que era pior, *“o arrancar de manhã, o passar por ali, aquilo tem um sítio muito largo, naquele espaço, dos prédios, daqueles prédios que estão ali, está a escola, depois estão logo aqueles prédios, já estava tudo preparado para se montar aí, e de facto os nossos técnicos, mais uma vez, é que começaram a dizer isto é muito mau para quem ali vive, o pára-arranca, o estacionar”* -. Os autocarros já tinham feito as

h

simulações, já tinham sido feitos os testes, “vêm na estrada, entram por aqui, saem do outro lado, vão à rotunda e voltam para trás” -, era precário, não iam ficar ali de forma definitiva, para já seria até ao primeiro trimestre, o número de autocarros que iam estar ali a circular, depois poderá ser um ou dois, essencialmente mais para a questão das praias.

Havia uma contrapartida, eles não iam pagar aquele valor pela iluminação, “dá-me vontade de rir, porque começo logo a dizer: - vão usufruir disto, tem que pagar contrapartidas., estou a rir-me porque eles dizem: - mas você está sempre a pedir coisas..., então a cidade merece, primeiro rabiaram e depois ...sim senhora, vai a reunião de câmara, um protocolo tem que começar logo a pagar os caminhos que estão feitos” -, a primeira tranche era de 50 mil, depois ia se diluindo à medida do tempo de utilização, se deixassem de utilizar não pagavam o resto, pagavam os duzentos e cinquenta, por sete anos, estava ali no protocolo. Estarem ali durante 7 anos ou o tempo que for e não darem contrapartida à cidade não podia ser.

Não queriam vender aquilo, porque depois queriam limpar e nessa altura queriam tudo ligado, a Várzea com os outros espaços verdes, mas de momento aquela situação era a título precário.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

7. Deliberação n.º 287/20 – Proposta n.º 26/2020 – DURB/DIMOT – Colocação de sinalização vertical de “Proibido exceder a velocidade máxima de 40 km/h”

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 26 a 28, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

8. Deliberação n.º 288/20 – Proposta n.º 27/2020 – DURB/DIMOT/SEMUT – Adesão do Município ao Dia Europeu sem Carros 2020

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 29 e 30, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

9. Deliberação n.º 289/20 – Proposta n.º 63/2020 – DCDJ/DICUL – Apoio financeiro ao Rancho Folclórico de Praias do Sado

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 31, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

10. Deliberação n.º 290/20 – Proposta n.º 64/2020 – DCDJ/DICUL – Retificação da deliberação n.º 130/2020 - Atribuição de Subsídio Marchas Populares de Setúbal

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 32 e 33.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que gostaria de reforçar, que aquela proposta tinha sido feita pelas próprias coletividades, tinha sido uma proposta que tinha sido discutida pelas seis entidades, que estavam a concurso na edição de 2020, e tinha sido com elas que aquela proposta tinha sido aprovada.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

11. Deliberação n.º 291/20 – Proposta n.º 65/2020 – DCDJ/DICUL – Fixação de preço de bilhetes. Film Fest - Festival de Cinema Musicado ao Vivo

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 34, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

C) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Sr. Manuel Rucha – Disse que no dia 19, sem aviso prévio, da parte do Museu, foram levarem-lhe um ampliador, que não era o dele, o que lhe tinham ido entregar não prestava para nada era uma sucata, por isso não o tinha aceite. Tinha ido à procura do fotógrafo que tinha trabalhado, muito anos, com aquele ampliador e ele tinha-se disponibilizado, caso o Sr. Vereador quisesse, em identificar o ampliador que era da Litografia Sado.

Estavam pedras da Litografia, a mesa, que era própria para desenhar em pedra, estava isso tudo, só não havia espaço para o ampliador.

Queria que lhe devolvessem o ampliador que ele tinha doado à Câmara Municipal, e que ao fim de um ano ainda não tinha sido devolvido. Quis doar um ampliador, porque pensava que era um ato cívico, mas não o devia ter feito.

Sra. Dora Floriano – Disse que a sua situação se estava a agravar, já não sabia o que fazer, a Sra. Presidente, sabia a sua situação, continuava naquela casa que tinha entrado, de forma ilegal, porque não tinha para onde ir. A casa não tinha condições, não tinha água, nem janelas, estavam tapadas por taipais onde os pombos se ponham e o seu bebé tinha acabado por apanhar uma doença causada pelos pombos, já tinha ido duas vezes ao hospital com o seu bebé. A sua situação cada vez estava pior, precisava de ajuda, precisava que a Câmara a ajudasse, precisava da ajuda da Sra. Presidente. O seu processo tinha quase 16 anos e não havia maneira de ser resolvido, tinha duas pessoas à sua frente e agora voltava a descer, presentemente já tinha cinco ou seis pessoas à sua frente.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que era a terceira vez que a Sra. Dora ali ia, era das pessoas mais atendidas pela Câmara, tinha uma reunião marcada com a Dra. Raquel, na sexta-feira seguinte, falava sistematicamente com os serviços e estava convencida que

quanto mais vezes fosse aos serviços mais fácil era obter casa, mas não era assim. A Sra. Dora estava em quinto lugar para um T3, tinha uma pontuação elevada, era uma família com problemas sérios, como eram outras quinhentas que estavam entre os cinco e os seis pontos de classificação. Não tinham casas, quando vagassem casas atribuíam, era essa a situação. Já tinha explicado à Sra. Dora, que não era por ir mil vezes à Reunião de Câmara ou mil vezes aos serviços que a “coisa” acelerava, acelerava de acordo com a lei, percebia a afiliação da Sra. Dora, mas podiam ter naquele dia ali, mais quinhentas pessoas com o mesmo problema.

Sra. Dora – Disse que tinha falado com o seu pai, que tinha uma casa com três quartos, e viviam só ele e o irmão, se arranjassem uma casa com dois quartos para o pai ela ficava com a casa do pai, ele estava de acordo com isso.

Sra. Presidente – Disse que também não havia casa para o pai da Sra. Dora, para ser possível fazer essa troca.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que essa troca também não era fácil, porque isso equivalia a colocar a Sra. Dora à frente das pessoas que estavam à sua frente.

De acordo com a lei, tinham uma lista ordenada, e a Sra. Dora, não podia passar à frente dos outros que estavam à sua frente na lista, porque eles podiam reclamar legalmente e colocar a Câmara em tribunal, por terem sido ultrapassados por um direito que tinham adquirido, que era uma classificação que lhes tinha sido atribuída e isso não era fácil de resolver. O que a Sra. Dora estava a propor era que a Câmara arranjasse uma casa mais pequena para o seu pai e ela ia para a casa do pai, mas isso não funcionava assim, a casa do pai da Sra. Dora não era do pai, a casa do pai era para quem estivesse na lista a seguir, quando ele saísse do T3, era assim que funcionava.

O problema da Sra. Dora era o problema de outras pessoas, naquele momento não tinham casas, havia um processo com o IHRU, que estava a tentar evoluir para haver mais habitação, mas a situação que tinham no momento era quando vagava uma casa, atribuíam-se uma casa, era essa a situação. E todos aqueles que tinham sido atribuídos, até ao momento, era porque, de acordo com as regras de habitação e do regulamento de habitação, estavam pontuados acima da Sra. Dora, apesar dos problemas todos que a Sra. Dora tinha, ou que tinham problemas mais graves do que a Sra. Dora. Era assim que aquilo funcionavam, era muito difícil resolver aquele problema de outra maneira.

A cada casa que ficava vaga em Setúbal, entregavam de imediato à primeira pessoa da lista, era isso que acontecia sistematicamente, não havia tempos de espera, entregavam de imediato, no próprio dia.

A Sra. Dora insistia em ir ali, tinha todo o direito em fazê-lo, ninguém levava a mal que fosse, mas insistia que não era por ir mil vezes que a casa aparecia mais cedo. Aparecia quando aparecessem cinco T3.

Sra. Dora Florindo – Disse que a casa onde estava a viver estava cheia de bichos, não tinha água, ia às bombas de gasolina encher garrações de água, pediu para irem a sua casa ver a realidade. Pediu para a ajudarem a alugar uma casa, porque não conseguia alugar uma casa.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que na última reunião tinham visto a possibilidade, caso o companheiro da Sra. Dora tivesse condições poder encontrar um emprego, para facilitar, tinham falado com o companheiro da Sra. Dora, mas ele não sabia fazer nada, nunca tinha feito nada. Iam ver se conseguiam encontrar uma linha de aprendiz para poder dar uma ajuda, mas todas as hipóteses que tinham sido colocadas ele dizia que nunca tinha feito ou não sabia fazer, ou não queria.

Sra. Presidente – Disse que lhe arranjavam emprego já para o dia seguinte. Quando iam ali pedir casas e diziam que arranjavam emprego desapareciam, mesmo para ajudar a pagarem uma renda de casa, uma coisa mínima.

Sra. Dora Florindo – Disse que para alugar lhe pediam o IRS, recibos de vencimento e mês de caução e isso não tinha, e quando sabiam que era de etnia cigana não alugavam.

Sra. Presidente – Disse para o marido da Sra. Dora ir ter com eles, arranjavam-lhe trabalho, questionou se não sabia varrer uma rua, toda a gente sabia varrer uma rua, tinham muita falta de pessoas para os serviços operacionais e não só.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que o marido da Sra. Dora não queria varrer a rua porque não se ajeitava.

Sra. Presidente – Disse que tinha que se ajeitar, porque todas as pessoas quando cresciam iam trabalhar para ter uma casa.

Sra. Dora Florindo – Perguntou se arranjavam trabalho para o marido, mas como fazia para alugar casa, não conseguia, já tinha conseguido juntar dinheiro, mas quando viam que eram de etnia cigana não lhe alugavam casa.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que nessa matéria a Sra. Dora tinha razão, mesmo com o dinheiro não conseguiam alugar, aliás era preciso muito dinheiro para se alugar uma casa presentemente, a resposta para a habitação de certos setores da nossa sociedade era a habitação pública, tinha que haver mais habitação pública, esse é que era o problema.

Sr. Augusto Cruz – Disse que tínhamos um país ao acaso. A própria cidadania não tinha futuro. O país estava a afundar-se. Havia uma descredibilização com o susto da bancarrota, que, pela quarta vez, seria responsabilidade do PS.

A corrupção estava por todo o território. A única criação era o desenvolvimento de desemprego. Estávamos parecidos com a Bielorrússia.

Na saúde havia uma distorção completa, com as casas de saúde. Era a prova evidente de um país sem chefias à altura e do fraco trabalho dos que procuravam emprego na política.

Na semana seguinte chegaria ao conhecimento do Tribunal Constitucional uma exposição sua, enviada pela Procuradora-Geral da República, com provas lancinantes sobre o delegado do Ministério Público.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que já tinha tido oportunidade de falar com o Sr. Manuel Rucha, tinham tido uma longa conversa. Em primeiro lugar, tinha que ficar claro que o Sr. Manuel Rucha tinha querido oferecer à Câmara Municipal um bem que não era de sua propriedade e, com isso, poderia, até, incorrer numa ilegalidade grave, porque aquele bem era propriedade da entidade patronal onde trabalhava. Isso era uma matéria que era da responsabilidade dele e de quem de direito, mas a Câmara Municipal também devia salvaguardar esta situação.

Já por diferentes vezes tinham tentado, porque não existia mais nenhum outro equipamento com aquelas características na Câmara Municipal. Os serviços já tinham ido várias vezes à residência do Sr. Rucha. Aceitava que a questão de pormenor de não o terem previamente informado lhe pudesse ter causado algum transtorno. A verdade é que já lá tinham ido várias vezes.

Como o senhor, depois, tinha tido oportunidade de o informar, numa primeira vez tinha recusado porque teria visto, pela sua porta, que não era aquele o equipamento. Portanto, tinha recusado receber.

Depois disso, já tinham voltado a falar e tinha-lhe dito que ia falar novamente com os serviços. Tinha voltado a falar com os serviços e os serviços tinham voltado a ir ao seu

encontro. Tinham percorrido novamente todo o acervo, no sentido de perceber se haveria alguma outra situação que não estivessem a cumprir. Tinham ido novamente ao seu encontro, tinham tentado devolver e o senhor continuava a dizer que não era aquele.

Portanto, tinham um problema para resolver, que, provavelmente, ia ter contornos judiciais. Era a única questão que lhe parecia possível. Não era esse o entendimento deles. O senhor dizia que aquilo que tinha doado à Câmara não era aquilo que lhe queriam devolver, como se a Câmara tivesse algum interesse em ficar para si com um bem que não era seu.

Os serviços já tinham ido, por mais do que uma vez, devolver o ampliador ao senhor Rucha. O senhor recusava-se a receber, porque dizia que o ampliador que a câmara queria devolver não lhe pertencia. Estavam naquele impasse. O senhor dizia que se recusava e que o ampliador não era aquele, era um outro, era um ampliador que tinha um fole. Não existia nenhum ampliador no acervo da Câmara que tivesse um fole.

Já tinha reunido com o Sr. Rucha. O senhor, na altura, tinha percebido e já tinha dito coisas diferentes em dias diferentes nos próprios serviços. Era aquele o impasse que tinham. Já o tinham querido fazer, tinham todo o interesse em fazê-lo para repor a situação, mas o Sr. Rucha dizia que aquilo que tinham para lhe devolver não era aquilo que ele tinha querido doar à Câmara Municipal. Portanto, era essa a situação.

Sra. Presidente – Disse que o Sr. Rucha já tinha ido ali, mais do que uma vez, dizer tudo o que lhe ia na alma. Já o tinha ouvido e já lhe tinha respondido. Já tinha perguntado aos serviços tudo e mais alguma coisa acerca desse equipamento. Os serviços diziam coisa diferente daquilo que dizia o Sr. Rucha.

Não estavam ali para ficar com nada de ninguém, nem admitiam que se dissesse que os funcionários tinham ficado com o equipamento. Portanto, dizer isso permanentemente...

Posteriormente o Sr. Rucha tinha dito que, afinal, não estava interessado em ficar com aquilo, que continuasse lá no Museu, depois que não queria que aquilo continuasse lá no Museu, queria que voltasse para a sua casa.

Se não era aquilo, só havia uma solução, era caso de polícia. Ia fazer queixa. O Sr. Rucha queria um equipamento que, segundo os serviços, não existia na Câmara. Os serviços também diziam que o equipamento não era dele, era do seu patrão. Portanto, ia colocar aquilo no tribunal.

Tinha que perguntar ao tribunal, para ver se ele descobria de quem era o equipamento, se era aquele equipamento ou se não era; se estava registado e em nome de quem, como é que tinha entrado na Câmara. Tinha que perguntar, porque, senão, de vez em quando, o Sr. Rucha ia à reunião da Câmara e dizia que queria o equipamento, depois, dizia aos serviços para irem lá dar-lho, chegavam lá e o senhor ou não estava, ou não podia atender, ou dizia que não era aquele equipamento. Depois, dava dicas, pressupunha que alguém lhe tinha ficado com o equipamento ou que alguém o estava a enganar.

Não queria isso para o seu pessoal. Ali, ninguém tocava em nada de ninguém. Aquilo estava colocado à guarda da Câmara. Aquele espólio já vinha de muitos anos, era um espólio de décadas. Estava catalogado, tratado e identificado.

Tempos atrás tinham insinuado que havia uma biblioteca de um autor muito importante. Tinha mandado investigar isso, as pessoas tinham ido ao museu e tinham tido que engolir o que tinham dito. O processo não tinha ido para a frente porque, enfim... Tinha insinuado que a biblioteca tinha desaparecido quando tinham gasto milhares de euros para a recuperar. A biblioteca estava lá, para toda a gente ver, num edifício, no Paula Borba.

Portanto, não lhe admitia isso. Não havia mais conversa, o Sr. Rucha que fosse com os serviços da Câmara para tribunal, para provar que equipamento era. O senhor ia dizer isso no tribunal, porque já o tinha dito ali duas ou três vezes. No tribunal, o senhor iria buscá-lo, a Câmara iria pagar. O que não podia ser era, se lhe apetecesse vir "n" vezes à reunião, ouvi-lo dizer sempre mal das pessoas, dos técnicos e do vereador. Isso é que não podia ser.

O Sr. Rucha só podia falar de coisas diferentes de cada vez que vinha à reunião. Se vinha falar da mesma coisa e não era resolvida tinham que ir para a polícia. Tinha que ir à polícia perguntar quem é que tinha razão, se era o Sr. Rucha ou se eram eles. Ia à polícia, porque o

senhor fazia uma guerra por uma coisa que não era dele e estava sempre a insinuar que os outros é que tinham ficado com as coisas. Iriam para a polícia, para saber onde é que o Sr. Rucha tinha adquirido aquilo, para provar que era dele.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que o Sr. Rucha tinha dito que tinha sido persuadido, na última reunião, a não intervir. Então, quem o tinha persuadido tinha sido ele mesmo, que o tinha abordado, de uma forma educada, perguntando-lhe se não se importava de falarem, dizendo-lhe: *“Sr. Rucha, eu sei o que é que se passa. Não prefere que nós façamos uma conversa no dia seguinte de amanhã nos serviços?”*

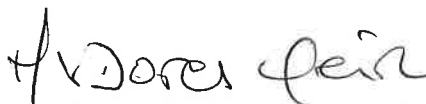
O Sr. Rucha, no dia seguinte, tinha-se apresentado. Tinha-o recebido nos serviços do Edifício Sado e tinham estado a falar cerca de duas horas. O senhor até tinha pedido desculpa pela forma como tinha abordado os serviços e tinha reconhecido um conjunto de coisas que não correspondia ao que estava ali a dizer. Não havia conversa possível. O Sr. Rucha continuava a teimar naquela ideia e tinham tomado uma decisão.

A Sra. Presidente submeteu à votação e aprovação as deliberações tomadas em minuta, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, a Sra. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezoito horas e cinquenta e dois minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4, do Artigo 57.º, da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

A Presidente da Câmara,



Maria da Dores Marques Banheiro Meira

Esta ata, que foi aprovada em reunião de Câmara de 16 de setembro de 2020, por unanimidade, contém 21 folhas numeradas e rubricadas pela Sra. Presidente da Câmara.

O Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,



Paulo Jorge Simões Hortênsio

Elaborada por:
Carlos Mendes e Aldora Poeira

Conferida por:
Ana Paula Lico

Revista por:
Paulo Hortênsio